



Ciclo de debates sobre a possibilidade de implantação de cota para a lagosta-vermelha e lagosta-verde

RELATÓRIO FINAL



Contexto

A última reunião do Comitê Permanente de Gestão da Lagosta (CPG-Lagosta), hoje suspenso e aguardando recriação, foi realizada nos dias 11 e 12 de junho de 2019, na cidade de Fortaleza (Ceará) - 11ª Reunião Ordinária do CPG Lagosta. Nessa reunião estiveram presentes os membros do CPG-Lagosta que, à época, incluíam representantes de empresas processadoras/exportadoras de lagosta (Abipesca), sindicatos e representações do segmento de captura e processamento (Sindifrio e Conepe), lideranças dos Movimentos Sociais de Pescadores (Conselho Pastoral dos Pescadores – CPP, Movimento dos Pescadores e Pescadoras – MPP), Confrem, CNPA, organizações não-governamentais (Terramar, Cedepesca e Oceana), pesquisadores do extinto Subcomitê Científico do CPG-Lagosta, além de membros do governo (Secretaria de Aquicultura e Pesca - SAP/Mapa, Ibama e Ministério do Meio Ambiente - MMA).

Dentre os diversos pontos de pauta da reunião (Anexo 1), constava o debate sobre a adoção de um sistema de cotas de captura para o ordenamento da pesca da lagosta no Nordeste brasileiro. Havendo os demais pontos de pauta terem sido vencidos, parte significativa da discussão girou em torno das cotas.

A indústria exportadora e sua representação, acompanhada por alguns representantes da pesca artesanal do estado do Rio Grande do Norte, se posicionaram favoravelmente à inclusão de cotas no ordenamento da pesca da lagosta. Contudo, representantes de comunidades pesqueiras e dos movimentos de pescadores e pescadoras artesanais, acompanhados de parte das organizações do terceiro setor com assento no CPG, mantiveram a posição de contrariedade à introdução das cotas sem um debate mais amplo. Argumentou-se na ocasião que não havia uma compreensão por parte das comunidades pesqueiras acerca do funcionamento dos sistemas de cotas, o que comprometeria a legitimidade da sua implementação.

Após um longo debate na 11ª Reunião Ordinária do CPG-Lagosta no qual se constatou a impossibilidade de se chegar a um consenso sobre as cotas de captura sem um maior aprofundamento dos debates junto às comunidades pesquei-



CONFREM
COMITÊ NACIONAL PARA O ORDENAMENTO DAS RECURSOS E SUSTENTABILIDADE
E SEM PREZAR O AMBIENTE DO LITORAL MARANHÃO



OCEANA



ras, representantes da pesca artesanal recomendaram: (1) que durante a referida reunião não deveria haver deliberação sobre cotas de captura; (2) que fosse realizada uma série de encontros com lideranças das comunidades pesqueiras para que a proposta de pauta fosse debatida junto às bases.

De fato, nenhuma deliberação acerca da implantação de cotas foi feita durante a 11ª Reunião Ordinária do CPG-Lagostas. Encaminhou-se, contudo, uma proposta na qual MPP, CPP, Terramar e Confrem liderariam uma série de reuniões para aprofundamento do debate junto às comunidades. O objetivo final dessa série de encontros consistia em viabilizar que os pescadores discutissem com suas lideranças a possibilidade de trabalharem dentro de um sistema de cotas em 2020. Acordou-se que, durante a 12ª Reunião Ordinária do CPG-Lagosta, marcada para novembro de 2019, os responsáveis pela realização da série de encontros apresentariam o posicionamento da pesca artesanal acerca da adoção das cotas.

Houve acordo na plenária da 11ª Reunião para que a decisão sobre as cotas fosse adiada até que os representantes da pesca artesanal pudessem realizar todos os debates junto às suas bases, formando assim um posicionamento único. A responsabilidade pela organização das reuniões, registro, centralização e apresentação dos resultados ficaria sob o encargo dos representantes da pesca artesanal.

De fato, constatou-se a necessidade de um maior aprofundamento dos debates, uma vez que a maioria das comunidades pesqueiras do Nordeste desconhecia os detalhes da dinâmica de aplicação do sistema de cotas. Havia um temor por parte dos pescadores(as) de que o sistema pudesse prejudicar os produtores(as). Cabe ressaltar que a lagosta é um recurso importantíssimo do ponto de vista socioeconômico. A quase totalidade da frota é composta por embarcações de pequeno porte e a pesca tem uma característica tipicamente artesanal no segmento de captura.

Em face do encaminhamento favorável à ampliação dos debates sobre cotas na pesca da lagosta, foi solicitado pelas representações da pesca artesanal apoio técnico e logístico para que os debates pudessem ocorrer e incluir o maior número possível de lideranças comunitárias dos estados produtores de lagosta. Definiu-se que seriam realizadas 3 reuniões denominadas “Ciclo de debates e



CONFREM
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS PESCADORES
E DAS PESSOAS ENVOLVIDAS COM O SECTOR DA PESCA



OCEANA



entendimentos sobre o sistema de cotas na pesca da lagosta”, tendo por objetivo único a discussão da proposta de cotas apresentada na 11ª Reunião Ordinária do CPG-Lagosta, na qual propunha-se uma cota global de 4.900 toneladas de lagostas inteiras, sendo 4.000 toneladas de lagosta-vermelha e 900 toneladas de lagosta-verde, a serem controladas nas indústrias exportadoras.

Plano de trabalho/Método

Para que fosse concretizado o apoio da Oceana, foi solicitado ao CPP/MPP/Confrem que elaborasse e apresentasse um plano de trabalho preliminar (Anexo 2). Liderado pela CPP, o documento foi apresentado e discutido com a Oceana em reunião ainda em julho de 2019. De acordo com a proposta, seriam realizados inicialmente 2 encontros nos estados do Ceará e Pernambuco, em agosto e setembro de 2019, respectivamente. Após uma avaliação mais detalhada da situação da pesca da lagosta, foi proposta pela CPP uma alteração na agenda para que uma terceira reunião fosse realizada no estado do Rio Grande do Norte.

O formato desses encontros foi definido pela CPP, MPP e Confrem. Buscou-se atender social e culturalmente às comunidades pesqueiras, seguindo uma metodologia que garantisse a participação de todos os pescadores(as), por meio das suas lideranças e representações, buscando um processo justo e democrático de debater e orientar as decisões dos grupos, estabelecendo o consenso nas decisões e maior clareza aos atores quanto ao sistema de gestão proposto na última reunião do CPG-Lagosta.

Os encontros buscaram ainda garantir a participação das lideranças e representações de todos os estados produtores de lagosta, para evitar que decisões unilaterais sejam tomadas e que os pescadores(as) sejam prejudicados pela falta de espaço na discussão. As comunidades tradicionais detêm um conhecimento rico que pode e deve contribuir para um processo de gestão qualificada, que respeite os trabalhadores da pesca e que auxilie na sustentabilidade das pescarias. A manutenção da pesca de lagosta no Nordeste é de fundamental importância para assegurar emprego e renda, bem como o desenvolvimen-



to dessa importante atividade, porém se a sustentabilidade ambiental não for garantida, todos perdem.

Seguindo o cronograma traçado, foram realizadas 3 reuniões (ciclo de debates) nos estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco, que contaram com a participação das lideranças de pescadores(as) das principais comunidades pesqueiras, onde a captura de lagosta é expressiva, conforme detalhado abaixo:

- 1** Primeiro encontro do ciclo de debates, em Fortaleza/CE, contou com a presença de 60 pessoas aproximadamente, representantes de todas as comunidades pesqueiras litorâneas, ONGs locais, pesquisadores e outros atores relevantes;
- 2** Segundo encontro do ciclo de debates, em Pirangi do Norte/RN, contou com aproximadamente 40 pessoas, entre pescadores de todo o litoral do estado, lideranças do Espírito Santo e Bahia, ONGs locais e pesquisadores;
- 3** Terceiro encontro do ciclo de debates, em Olinda/PE, contou com a presença de aproximadamente 30 pessoas, entre pescadores de Pernambuco, Paraíba e Alagoas, além de pesquisadores das Resex e apoiadores.

A estrutura dos três encontros foi a mesma. Todos os encontros tiveram uma duração de dois dias. O primeiro dia foi dedicado a palestras de pessoas/instituições convidadas; e o segundo momento contou com a participação exclusiva dos pescadores para debates em grupos e posterior definição de encaminhamentos e posicionamentos.

As palestras foram realizadas por convidados, que trouxeram dados e informações para subsidiar os debates do dia seguinte. A cada encontro foram realizadas 5 palestras, sendo elas:



CONFREM
COMISSÃO NACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO DAS PESQUEIRAS COSTEIRAS E
O MAR PARA O SUSTENTÁVEL E EQUILIBRADO



OCEANA



- José Augusto Aragão - Presidente do Subcomitê Científico da Lagosta: Apresentação dos encaminhamentos do CGSL e relato das ações adotadas pelo governo ao longo dos anos e quais resultados foram obtidos. Apresentação, com linguagem apropriada para um bom entendimento do grupo, dos estudos realizados sobre a situação dos estoques de lagosta e demais informações pertinentes;
- Carlos Eduardo Vilaça - Coletivo Nacional de Pesca e Aquicultura (Conepe): Apresentação da proposta de implantação de cotas, do Grupo de Trabalho do CPG-Lagosta;
- Ernesto Godelmann e Rochele Cruz – CeDePesca: Resultados dos estudos realizados junto ao Sindfrio sobre a situação do estoque de lagosta com base em dados de exportação;
- Maria Aparecida dos Santos Ramos, Aldair Laurinto da Silveira e Tiago Nunes - Lideranças da pesca de tainha em Santa Catarina: Apresentação da experiência vivida por pescadores artesanais de Santa Catarina com a implantação do sistema de cotas para tainha;
- Martin Dias - Oceana: Apresentação dos resultados obtidos com a implantação do sistema de cotas em outros países e como esse sistema evitou o colapso de espécies de interesse comercial e social e também sobre o trabalho da Oceana junto às comunidades pesqueiras de tainha em Santa Catarina.
- Todos os encontros foram gravados e havia uma relatoria dedicada ao registro dos temas debatidos.



Resultados

Os produtores de lagosta entendem que o mercado internacional exige medidas de gestão que garantam a sustentabilidade da atividade, visando garantir a qualidade do produto e a manutenção dos estoques pesqueiros.

Durante os encontros ficou claro que a comunidade pesqueira artesanal ainda sofre: (1) com a falta de registros atualizados dos pescadores; (2) com a pesca ilegal gerada pela falta de fiscalização; (3) com o uso de petrechos de pesca não permitidos, que além de ameaçarem a saúde dos pescadores, poluem o fundo do oceano, colocando em risco o ambiente marinho; (4) com a falta de políticas públicas melhor estruturadas, principalmente quando se trata de proibições de pescarias tradicionalmente realizadas, obrigando-os a limitarem-se a apenas uma pescaria quando a sua atividade é naturalmente diversificada. Todavia, ficou também claro que todos estão conscientes das necessidades de medidas de gestão que visem garantir o futuro das pescarias. Diante disso, concordam com um sistema de limites de captura desde que sejam assegurados os seguintes direitos:

As tabelas abaixo resumizam os encaminhamentos propostos em cada um dos encontros separadamente:



CONFREM
COMISSÃO NACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO DAS PESCAARIAS E AQUICULTURA
E DO PÓS-PESCA DO LITORAL MARINHO



OCEANA



ENCONTRO DO CEARÁ

Do encontro do Ceará foram tirados ao todo 13 encaminhamentos divididos em curto, médio e longo prazos.

PRAZO	#	PROPOSTA
CURTO PRAZO	1	Proibir pesca da lagosta ovada;
	2	Limite de captura (ao invés de uso de cota) de 4 mil toneladas/ano;
	3	Período de largada diferente, com vela saindo 1 mês antes;
	4	Participação das lideranças na construção da norma de cotas e no GT de acompanhamento;
	5	Dialogar com a indústria para proibir compra de pescado com uso de compressor;
MÉDIO PRAZO	6	Implantação de programas de automonitoramento;
	7	Área de exclusão de até 2 milhas;
	8	Manter desembarque e criar pontos de recepção com instalação de piscinas (viveiros);
	9	Mobilização nas comunidades, como o SOS lagosta - Caravanas, e realização de oficinas;
LONGO PRAZO	10	Acordos de pesca;
	11	Áreas marinhas protegidas;
	12	Moratória só se a proposta de limite não tiver efeito;
	13	Considerar pesca artesanal quando houver envolvimento familiar.



ENCONTRO DO RIO GRANDE DO NORTE, ESPÍRITO SANTO E BAHIA

Um total de 17 encaminhamentos surgiram do encontro, todos eles considerados de extrema necessidade devendo, portanto, serem considerados de curto prazo para a sua execução.

PRAZO	#	PROPOSTA
CURTO PRAZO	1	Legalização de todas as embarcações;
	2	Estatística de produção;
	3	Permissionamento para pescadores artesanais respeitando sua cultura, meios de pesca e mapeamento dos petrechos utilizados;
	4	Aumento da cota, considerando que existe comércio interno do produto;
	5	Investimento do governo e de instituições parceiras para promover o debate sobre cotas e o ordenamento nas comunidades pesqueiras;
	6	Proibição de comercialização de lagosta ovada;
	7	Pesca até 20 milhas náuticas para embarcações a vela;
	8	4 milhas náuticas de área de exclusão para evitar a captura de lagostas pequenas;
	9	Regularizar a pesca de mergulho dentro dos padrões de segurança para os trabalhadores;
	10	Formação para pesca de marambaia sustentável;
	11	Garantir a demarcação dos territórios pesqueiros;
	12	Limites de captura em vez de cotas;



PRAZO	#	PROPOSTA
CURTO PRAZO	13	Veleiros iniciam a pescaria 1 mês antes, no caso de estabelecimento de cotas;
	14	Defeso específico para o estado da Bahia;
	15	Beneficiamento de lagosta para a pesca artesanal;
	16	Fiscalização compartilhada;
	17	Monitoramento e automonitoramento.

ENCONTRO DO PERNAMBUCO, PARAÍBA E ALAGOAS

Um total de 4 encaminhamentos foram produzidos durante as discussões de grupo. Não foram definidos prazos.

PRAZO	#	PROPOSTA
CURTO PRAZO	1	Legalização de todas as embarcações;
	2	Realização de caravanas nas comunidades para informar sobre o sistema de cotas a ser adotado;
	3	Pesca de mergulho deve ser amplamente debatida, sendo que o governo deverá assumir toda responsabilidade de ordenar e garantir os treinamentos necessários para o desempenho seguro da atividade. A pesca artesanal é contrária à liberação desta pescaria;
	4	Implantação do sistema de limite de captura desde que os pescadores estejam representados na construção da norma e no GT de acompanhamento.



Conclusões

- A pesca artesanal (MPP, CPP, Confrem, Instituto Terramar) concordam com o limite de captura desde que:
 - Os pescadores estejam representados na construção da norma;
 - A pesca artesanal participe da definição do valor do limite de captura, que não exceda 4.500 toneladas.
 - A pesca artesanal participe do GT de acompanhamento;
- Proibir a captura, o desembarque, a recepção, o processamento e a comercialização de lagosta ovada;
- Embarcações de propulsão a vela, iniciam a pescaria um mês antes das demais embarcações, no caso de estabelecimento de limite de captura;
- Criar uma área de exclusão de pesca, na zona costeira de cada estado, para proteger as lagostas miúdas;
- Criar ferramenta de monitoramento acessível e segura à pesca artesanal, para garantir a estatística pesqueira;
- Que os dados do automonitoramento tenham validade para uso e fins de gestão pesqueira;
- A pesca artesanal de lagosta demanda do governo o debate sobre a demarcação do território tradicional pesqueiro;
- Que sejam contempladas com permissionamento todas as embarcações que capturam a lagosta;
- Permanência dos portos de desembarques atuais, para não prejudicar as comunidades tradicionais de pescadores(as) artesanais.



PROPOSTAS ESPECÍFICAS

Surgiu ainda uma série de encaminhamentos e propostas dentro dos grupos que não se encontram contempladas nessas conclusões por não terem sido consenso em todos os ciclos de debates. De toda forma, são igualmente importantes e demandam debates futuros dentro de fóruns específicos. São enumeradas as propostas a seguir:

- Manter desembarque e criar pontos de recepção com instalação de piscinas (viveiros);
- Acordos de pesca;
- Moratória só se a proposta de limite não tiver efeito;
- Considerar pesca artesanal quando houver envolvimento familiar;
- Permissionamento para pescadores artesanais respeitando sua cultura, meios de pesca e mapeamento dos petrechos utilizados;
- Beneficiamento de lagosta para a pesca artesanal;
- Fiscalização compartilhada;
- Legalização de todas as embarcações;
- Pesca de mergulho deve ser amplamente debatida, dentro de fórum específico de ordenamento da atividade pesqueira.

Registros fotográficos

FORTALEZA (CE), AGOSTO DE 2019



PIRANGI DO NORTE (RN), OUTUBRO DE 2019



OLINDA (PE), OUTUBRO DE 2019



Fotos: Oceana



CONFREM
CONSELHO NACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO DA PESCA E DA AQUICULTURA
E DAS PISCICULTURAS COSTEIRAS MARinhas



OCEANA

